

Demonstrações Financeiras

Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2025 e 2024

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Páginas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2
--	----------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial.....	5-6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Paulista dos Amigos da Arte (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Paulista dos Amigos da Arte** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Associação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 31 de janeiro de 2025, sem modificação.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da **Associação** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Associação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a **Associação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Associação** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Associação**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Associação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Associação** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO	Nota		
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	60.104.836	46.566.380
Outros Créditos		34.250	198.750
Adiantamentos		648.648	152.984
Estoques de Materiais		32.130	45.427
Despesas Antecipadas		72.533	102.703
Total do Circulante		60.892.397	47.066.244
Não Circulante			
Aplicação Financeira - caução		12.000	12.000
Depósitos Judiciais	9	27.181	61.061
Imobilizado	5	9.273.778	10.776.580
Intangível		157.596	218.204
Total do Não Circulante		9.470.555	11.067.845
Total do Ativo		70.362.952	58.134.089

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

		31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO	Nota		
Circulante			
Fornecedores	6	12.928.632	10.433.655
Obrigações Trabalhistas e Sociais	7	2.472.915	2.016.685
Obrigações Tributárias		498.799	438.514
Receitas a Realizar e de Captação de Recursos	8	22.022.587	17.008.773
Outras Obrigações		222.721	200.297
Total do Circulante		38.145.654	30.097.924
Não Circulante			
Fundos de Reserva e de Contingências	10	12.183.535	9.456.455
Bens, Doações e Subvenções Não Monetárias	11	9.431.374	10.994.785
Total do Não Circulante		21.614.909	20.451.240
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	12	10.602.389	7.584.925
Total do Patrimônio Líquido		10.602.389	7.584.925
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		70.362.952	58.134.089

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em Reais)

		31/12/2025	31/12/2024
	Nota		
Receita Operacional Líquida	13	160.181.796	119.188.816
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com Pessoal	14	(21.894.635)	(19.911.417)
Despesas Gerais e Administrativas	15	(130.895.769)	(92.925.528)
Despesas Tributárias		(1.241.469)	(434.778)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas		15.561	157.770
Despesas Convênios e Parcerias	13	(3.591.511)	(3.786.363)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		2.573.973	2.288.500
Receitas Financeiras	16	6.435.047	3.300.303
Despesas Financeiras	16	(5.991.556)	(3.027.237)
Resultado Financeiro		443.491	273.066
Superávit do Exercício		3.017.464	2.561.566

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit do Exercício	3.017.464	2.561.566
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	3.017.464	2.561.566

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.614.187	409.172	5.023.359
Transferência para Patrimônio Social	409.172	(409.172)	-
Superávit do Exercício	-	2.561.566	2.561.566
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.023.359	2.561.566	7.584.925
Transferência para Patrimônio Social	2.561.566	(2.561.566)	-
Superávit do Exercício	-	3.017.464	3.017.464
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.584.925	3.017.464	10.602.389

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Superávit do Exercício	3.017.464	2.561.566
Ajustes ao Superávit		
Depreciação e Amortização	2.947.562	2.806.142
Depreciação de Bens de Terceiros	8.520	-
Valor Residual de Bens do Imobilizado Baixados	32.524	(4.692)
Superávit do Exercício Ajustado	6.006.070	5.363.016
(Aumento) Redução do Ativo		
Outros Créditos	164.500	(198.750)
Adiantamentos	(495.664)	130.000
Estoques de Materiais	13.297	(24.673)
Despesas Antecipadas	30.170	42.748
Depósitos Judiciais	33.880	1.002
Caução Locação	-	(12.000)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	2.494.977	(3.166.750)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	456.230	487.648
Obrigações Tributárias	60.285	32.024
Outras Obrigações	22.424	5.738
Receitas a Realizar e de Captação de Recursos	5.012.707	16.002.548
Fundos de Reserva e Contingências	2.727.080	1.853.550
Doações e Subvenções Não Monetárias	(1.563.411)	(1.956.400)
Verbas Repasse Terceiros	1.107	3.345
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	14.963.652	18.563.046
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	(1.425.196)	(845.050)
Caixa líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(1.425.196)	(845.050)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	13.538.456	17.717.996
Demonstrado como segue:		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	46.566.380	28.848.384
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	60.104.836	46.566.380
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	13.538.456	17.717.996

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto Social

A Associação Paulista dos Amigos da Arte (“Amigos da Arte” ou “APAA”), inscrita no CNPJ sob nº 06.196.001/0001-30, é uma associação civil de natureza sociocultural privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Cultura nos termos da Lei Complementar Estadual nº 846, de 4 de junho de 1998, constituída em 11 de março de 2004, com sede social localizada na Rua Rui Barbosa, 153, Bela Vista, São Paulo - SP.

A APAA tem como principal objeto social às atividades de natureza sociocultural e educacional, precipuamente na colaboração técnica, material e financeira para o desenvolvimento de atividades educacionais e artísticas em suas diversas linguagens, expressões e segmentos, e na valorização da cultura brasileira no país, através de programas e projetos que visem ao desenvolvimento cultural e educacional no território nacional, incluindo, porém não se limitando, a administração de casas de espetáculos, espaços que promovam a cultura e a educação e a criação de oportunidades de crescimento social dos diversos segmentos

Contratos de Gestão

Após qualificar-se como Organização Social ligada à Secretaria de Cultura e Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo (SCEIC-SP), a Amigos da Arte venceu chamada pública e assinou:

- O Contrato de Gestão 001/2004, em 18 de novembro de 2004, com duração de 3 anos e com valor total de R\$ 19.658.379.

Os bons resultados obtidos nos três primeiros anos, fizeram com que a Amigos da Arte, fosse selecionada em novas convocações públicas, sendo:

- Contrato de Gestão (019/2007), 1ª renovação, em 19 de novembro de 2007, com vigência de 4 anos, e valor global de R\$ 85.360.000.
- Contrato de Gestão (06/2011), 2ª renovação, em 18 de novembro de 2011, com vigência até 31 de dezembro de 2015, e valor global de R\$ 138.448.290.
- Aditamento do Contrato de Gestão, em 23 de dezembro de 2015, prorrogando o término da vigência do contrato para 17 de novembro de 2016, bem como, determinando o acréscimo de recursos no montante de R\$ 22.300.975. Após o repasse da última parcela do contrato de gestão, o saldo da conta Fundo de Reserva foi aplicado na execução das metas do ano em curso, ou em outras, previamente aprovada pela Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo.

- Contrato de Gestão 007/2016, de 18 de novembro de 2016, com vigência até 31 de outubro de 2021, no valor global de R\$142.000.000. Com sucessivos aditivos do Contrato de Gestão 007/2016, o 14º, celebrado em 18 de novembro de 2021 prorrogou a vigência até 31 de dezembro de 2021, totalizando o valor global de R\$ 165.832.679.
- Em 10 de setembro de 2021 foi publicado a Resolução SCEC nº 43/2021 referente à Convocação Pública – Equipamentos de Difusão Cultural, Programas de Difusão, Circulação, Descentralização e Circulação Cultural, Fomento, Novas Iniciativas, Estudos e Pesquisas em Economia Criativa. A Amigos da Arte foi vencedora do certame, celebrando o Contrato de Gestão 02/2022, com vigência de 01/01/2022 a 31/12/2026 e valor global de R\$ 205.903.466.
- Em 4/11/2022 foram celebrados o Anexo ao Contrato de Gestão os Termos de Permissão de Usos dos Imóveis, sediado o Teatro Sergio Cardoso, situado na Capital; sediado no Teatro Maestro Francisco Paulo Russo, situado no município de Araras/SP; sediado o Programa de Sustentabilidade do Circo – Mundo do Circo, situado na Capital, todos os termos com prazo de vigência de 01/01/2022 a 31/12/2026.
- Contrato de Gestão 02/2022 no exercício de 2022 teve 3 aditamentos, sendo o 3º termo de aditamento assinado em 30 de dezembro de 2022, com vigência de 01/01/2022 a 31/12/2026 e valor global de R\$ 307.246.739.
- Contrato de Gestão 02/2022 no exercício de 2023 teve 2 aditamentos, sendo o 5º termo de aditamento assinado em 27 de dezembro de 2023, com vigência de 01/09/2023 a 31/12/2026 e valor global de R\$ 292.159.772.
- Contrato de Gestão 02/2022 no exercício de 2024 teve 4 aditamentos, sendo o 6º termo de aditamento assinado em 12 de abril de 2024, valor global de R\$ 340.415.114. O 7º termo de aditamento assinado em 31 de julho de 2024, valor global de R\$ 341.365.114. O 8º termo de aditamento assinado em 12 de setembro de 2024, valor global de R\$ 352.565.114. O 9º termo de aditamento assinado em 20 de dezembro de 2024, valor global de R\$ 374.165.114.
- Contrato de Gestão 02/2022 no exercício de 2025 teve 3 aditamentos, sendo o 10º termo de aditamento assinado em 25 de abril de 2025, valor global de R\$ 98.500.000, o 11º termo de aditamento assinado em 30 de agosto de 2025, valor global de R\$ 132.485.604, o 12º termo de aditamento assinado em 29 de dezembro de 2025, valor global de R\$ 138.724.799.

Parceria de Colaboração Municipal São Paulo

Após vencer o Edital Chamamento Público nº 04/SME/2023, junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo, em 2 de agosto de 2024, foi assinado o Termo de Colaboração nº 03/2024, para oferecimento de atividades no fim de semana nas escolas do bloco Sudoeste, com vigência de 2 anos, prorrogáveis até 10 anos, com valor global de R\$ 15.634.291.

Gestão Administrativa e Operacional

Em 2025, a **Amigos da Arte** deu início à execução do Plano de Trabalho referente ao 9º termo de aditamento ao Contrato de Gestão nº 02/2022, estabelecido com a Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo. O ano foi encerrado no 12º aditivo, mudança necessária decorrente da expansão dos projetos culturais pela APAA, concentrando-se na descentralização das ações e na difusão da arte e cultura pelos municípios do Estado de São Paulo.

O Plano de Trabalho estabelecido para o ano de 2025 contempla os equipamentos culturais Teatro Sérgio Cardoso, Teatro Maestro Francisco Paulo Russo e Mundo do Circo, Programas de Difusão, Descentralização e Circulação Cultural (Circuito SP, Atendimento Técnico ao Município (ATM), Revelando SP e Mais Gestão SP), Festivais Artísticos e Eventos (Semana Guiomar Novaes, Festival de Circo SP e outros festivais e apoio a eventos), CultSP Play, Diversidade e Cidadania (Projetos voltados para a Cultura Negra, Outras Etnias e Artes Urbanas e projetos voltados para a Cultura LGBTQIA+), Iniciativas de Interatividade em Arte e Tecnologia, Estudos e Pesquisas em Economia Criativa e Concursos e Prêmios - Premiações da Cultura de São Paulo.

O ano de 2025 foi marcado por uma programação que apresentou resultados consolidados e alinhados às expectativas projetadas. A APAA desenvolveu mais de 4,4 mil atividades, atingindo um público de mais de 5,7 milhões de pessoas no âmbito presencial e mais de 2,9 milhões pessoas virtualmente. As ações de difusão artística e cultural resultaram em atividades que causaram um grande impacto positivo para o público e para toda cadeia produtiva da cultura envolvida, mobilizando mais de 64 mil profissionais como artistas, gestores municipais, produtores, empreendedores, prestadores de serviço, fornecedores e corpo técnico. Além disso, foram executadas ações de democratização de acesso por meio de 4 mil atividades gratuitas e a distribuição de mais de 57 mil ingressos gratuitos nos teatros. Também nos teatros, foram realizadas 500 atividades que disponibilizaram acessibilidade comunicacional, incluindo medidas como: libras, legendagem e audiodescrição.

Termo de Fomento

A APAA não gerencia outros equipamentos culturais além daqueles referidos no CG nº 02/2022. No entanto, assinou o Termo de Colaboração nº 03/2024 com a Secretaria Municipal de Educação e Termo de Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo, bem como Termos de Fomento específicos, decorrentes de emendas parlamentares:

- Termo de Colaboração nº 03/2024, para oferecimento de atividades no fim de semana nas escolas do bloco Sudoeste, com vigência de 2 anos, prorrogáveis até 10 anos, com valor global de R\$ 15.634.291;
- Termo de Fomento 06/2024 para a realização do projeto “Rua de Brincar” oriundo da Emenda Parlamentar nº 2024.278.55188, no valor total de R\$ 50.000;
- Termo de Fomento 07/2024 para a realização do “1º Torneio Estudantil de Games” oriundo da Emenda Parlamentar nº 2024.273.58411, no valor total de R\$ 923.272, sendo desse R\$ 23.212, correspondente a aplicação;
- Termo de Fomento 08/2024 para a realização do projeto “Encontros do Fórum dos Clubes Sociais Negros”, oriundo da Emenda Parlamentar nº 2024.055.59023, no valor total de R\$ 414.000, sendo R\$ 14.000, correspondente ao saldo da aplicação;

- Termo de Fomento 09/2024 para a realização do projeto “Orquestra na Cidade” oriundo da Emenda Parlamentar nº 2024.281.59171, no valor total de R\$ 322.120, sendo R\$ 6.000, correspondente ao saldo de aplicação;
- Termo de Fomento 202/2024 para a realização do projeto “Som da Fé” oriundo da Emenda Parlamentar nº 2024.269.60788, no valor total de R\$ 380.000;
- Termo de Fomento 203/2024 para a realização do projeto “Mulheres do Samba”, oriundo da Emenda Parlamentar 2024.0556.0794, no valor de R\$ 102.000, sendo desse R\$ 2.000, correspondente ao saldo de aplicação;
- Termo de Contrato 706/2024/2024 - Lei Paulo Gustavo - Adapta Araras - Por um teatro para todos, no valor de R\$208.365, sendo R\$ 8.365, oriundos de rendimentos;
- Termo de Fomento 961667/2024 para a realização do projeto “Cultura Fit Fest”, oriundo da Emenda Impositiva Federal 43500008 - Ministério da Cultura, no valor de R\$1.000.000;
- Termo de Fomento 2460/2024 para a realização do projeto “Nós Também Somos Cidade”, oriundo da Emenda Impositiva Federal 41320013 - Ministério da Cultura, no valor de R\$200.000;
- Termo de Fomento 137/2025 para a realização do projeto “Clubes Sociais Negros e Quilombos Urbanos” oriundo da Emenda Parlamentar nº 2025.055.66320, no valor total de R\$ 217.278;
- Termo de Fomento 139/2025 para a realização do projeto “Cultura Itinerante” oriundo da Emenda Parlamentar nº 2025.068.65804, no valor total de R\$ 200.000;
- Termo de Fomento 135/2025 para a realização do projeto “Difusão Cultural em Olímpia” oriundo da Emenda Parlamentar nº 2025.019.66804, no valor total de R\$ 1.000.000;
- Termo de Fomento 136/2025 para a realização do projeto “Festival Gospel Campinas” oriundo da Emenda Parlamentar nº 2025.270.67274, no valor total de R\$ 1.000.000;
- Termo de Fomento 138/2025 para a realização do projeto “Festival Estudantes e Juventude em Movimento”, oriundo da Emenda Parlamentar nº 2025.175.68967, no valor total de R\$ 150.000; e
- Termo de Fomento 027/2024 para a realização do projeto “Reciclar Tá na Moda”, oriundo de parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 1.250.000.

Equipamentos Culturais gerenciados pela APAA

Teatro Sergio Cardoso

O Teatro Sergio Cardoso foi fundado em 13 de outubro de 1980 na Rua Rui Barbosa, 157, Bela Vista, São Paulo/SP, possui duas salas de espetáculos: a sala Nydia Lícia, a sala Paschoal Carlos Magno, café, mezanino. Possui boa infraestrutura, com salas de ensaio, camarins e áreas administrativas. Além disso, a partir de 2020, o Teatro Sérgio Cardoso passou por um processo de migração para o formato digital, abrigando transmissões e gravações de programas que foram adaptados para o formato online, como: #ViradaSP Online, #RevelandoSP Online, #CircuitoSP Online, Festival de Circo Online de São Paulo, Concurso de Batalhas de Rima SP, Concurso de Viola Caipira, entre outros. O TSC Digital é uma iniciativa que busca democratizar o acesso à cultura, ao ofertar de forma online conteúdos de teatro, dança e música por meio das plataformas.

Teatro Estadual Maestro Francisco Paulo Russo

O Teatro Estadual de Araras Maestro Francisco Paulo Russo, inaugurado em 1991, é considerado o mais importante equipamento cultural do município e região. Projetado por Oscar Niemeyer tem dois espaços, a Sala Maestro Paulo Russo (466 lugares) e uma sala de convenções (126 lugares), além de um espaço para exposições, o Foyer Mariane Peretti (183 pessoas). Localizado na Av. Dona Renata, 4901 – Centro, Araras – SP.

Mundo do Circo

No Parque da Juventude fica localizado o Mundo do Circo, complexo circense que abriga as atividades do Programa de Sustentabilidade do Circo e tem como objetivo atender às demandas dos artistas e profissionais circenses do Estado, sem perder de vista a importância de acesso do público. O equipamento conta com três espaços de apresentações (Grande Lona, Lona Multiuso e Picadeiro a Céu Aberto). A Grande Lona recebeu o nome de "Lona Picolino", uma homenagem ao palhaço interpretado pelo artista Roger Avanzi. Além dos espaços de apresentações, o Mundo do Circo conta com um espaço de exposição, que oferece aos visitantes uma imersão lúdica e interativa sobre o imaginário do circo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi aprovada pela Administração em 26 de fevereiro de 2026.

Base de Preparação

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros", considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

b. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da APAA. Todos os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de Mensuração

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Ativo imobilizado recebido em doação, mensurado pelo valor justo na data do evento; (ii) Instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos, sujeitos a estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível, mensuração de instrumentos financeiros e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de cenários diferentes daqueles previstos quando da constituição dessas estimativas. A APAA revisa as estimativas e as premissas de forma contínua.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas em detalhes abaixo e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis em até 90 dias a contar da data do balanço, sujeitos a risco insignificante de mudança no valor de mercado, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Esses ativos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O caixa e equivalentes de caixa com restrição de uso compreendem os saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras cuja utilização é restrita às finalidades específicas que lhes deram origem, vinculados a convênios, contratos de gestão, projetos incentivados e outros instrumentos congêneres.

Tais recursos destinam-se exclusivamente ao cumprimento das obrigações assumidas nos respectivos projetos e ajustes, sendo registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o seu valor de mercado.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzido de depreciação e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, conforme determina a Resolução CFC nº 1.177/2009 NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Máquinas e Equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instrumentos musicais	10
Computadores e periféricos	5

O ativo imobilizado e respectiva depreciação são registrados no ativo e representam o mesmo valor do passivo não circulante - Doações e Subvenções Não Monetárias – pois são bens adquiridos que se incorporam ao Estado.

c. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo histórico de aquisição (softwares, licenças de uso etc.).

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O ativo intangível e respectiva amortização são registrados no ativo e representam o mesmo valor do passivo não circulante - Doações e Subvenções Não Monetárias – pois são bens adquiridos que se incorporam ao Estado.

d. Obrigações Tributárias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a APAA está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, conforme estabelece a alínea “c”, do inciso VI, do § 150 da Constituição Federal. Goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

A APAA possui o benefício de isenção do pagamento do ISSQN, incidente sobre as receitas relativas ao Repasse do Contrato de Gestão, sujeitando-se apenas ao pagamento sobre a Receita de Cessão de Espaço a alíquota de 5%.

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

e. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que podem afetar os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados diferentes do apurado.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas tendo como base os gastos estimados para liquidar a obrigação.

f. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da APAA e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a APAA possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio inicial da APAA, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais. O superávit/déficit, enquanto não aprovado pelo Conselho de Administração, é apresentado no Balanço Patrimonial, na conta rubrica “Superávit / Déficit do Exercício”, sendo, posteriormente, transferido para a conta de Patrimônio Social.

h. Reconhecimento de Receitas e Despesas – Contratos de Gestão

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado de acordo com o regime contábil de competência, observando-se os critérios estabelecidos pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pela NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Os recursos vinculados aos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo são contabilizados conforme os procedimentos a seguir:

i. Celebração do Contrato de Gestão

No momento do recebimento dos montantes pactuados, é reconhecido um ativo correspondente aos recursos vinculados aos projetos, em contrapartida a contas do passivo circulante, classificadas como receitas a realizar, fundo de reserva ou fundo de contingência, conforme previsto contratualmente e a natureza da obrigação.

ii. Recebimento dos recursos financeiros

Quando do efetivo ingresso dos recursos, é realizada a baixa do direito registrado no ativo, com o correspondente reconhecimento em caixa e equivalentes de caixa, sem impacto imediato no resultado.

iii. Reconhecimento da receita – consumo do passivo

A receita é apropriada ao resultado de forma sistemática e racional, mediante a redução do passivo de receitas a realizar, em correspondência direta às despesas incorridas na execução dos projetos, atendendo ao princípio da confrontação entre receitas e despesas.

iv. Aquisição de bens vinculados aos contratos

Os bens adquiridos no âmbito dos Contratos de Gestão são reconhecidos no ativo imobilizado ou intangível, conforme sua natureza, tendo como contrapartida uma receita diferida registrada no passivo não circulante. Essa receita é apropriada ao resultado ao longo da vida útil dos respectivos bens, em bases consistentes com sua depreciação ou amortização.

v. Rendimentos de aplicações financeiras

Os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras realizadas com recursos vinculados aos contratos são reconhecidos como acréscimos no ativo, em contrapartida ao passivo circulante de projetos a executar, uma vez que mantêm a destinação específica dos recursos principais.

Em decorrência dessa prática contábil, os efeitos dos Contratos de Gestão no resultado do exercício tendem a ser nulos, desde que exista saldo suficiente de receitas diferidas para compensar as despesas incorridas, considerando que todos os gastos são vinculados a recursos recebidos com finalidade específica.

Os recursos recebidos a título de compensação por despesas ou prejuízos já incorridos, ou destinados a prover suporte financeiro imediato à Entidade, sem a exigência de execução futura ou custos correlatos, são reconhecidos diretamente como receita no resultado do período em que forem recebidos.

i. Fundos de Reserva e Contingência

Os Fundos são reconhecidos no ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a Fundo de Reserva ou Fundo de Contingência no passivo circulante.

i.1 Fundo de Reserva

Tem como finalidade constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração da APAA, será composto por 6% do total de recursos financeiros repassados pelo Estado, incidente no primeiro ano do Contrato de Gestão.

i.2 Fundo de Contingência

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da APAA, na esfera federal, estadual ou municipal.

j. Demonstração do fluxo de caixa

Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

k. Benefícios a empregados

A APAA não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após desligamento. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações nos resultados.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a APAA tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

I. Doações e patrocínios de terceiros

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas. Os patrocínios incentivados e outros recursos vinculados recebidos pela APAA, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado à medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Reforma Tributária no Brasil, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, simplifica o sistema de consumo substituindo tributos como ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI por um IVA Dual: CBS (federal) e IBS (subnacional). Com o foco na não cumulatividade plena, com transição gradual de 2026 à 2033, visando maior transparência e redução de litígios.

Não obstante, a Administração informa que está acompanhando a regulamentação e a implementação da Reforma Tributária, e avaliará, de forma prospectiva, os eventuais impactos que as alterações no sistema tributário possam produzir sobre suas operações, estrutura de receitas, obrigações acessórias e carga tributária, especialmente à medida que a legislação infraconstitucional venha a ser editada.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixas	3.750	3.750
Recursos sem Restrição	3.750	3.750
Bancos Conta Movimento	35.943	8.281
Aplicações Financeiras	60.065.143	46.554.349
Recurso com Restrição	60.101.086	46.562.630
Total	60.104.836	46.566.380

As aplicações financeiras mantidas no Banco do Brasil S.A. em Fundos de Investimentos Renda Fixa, estão assim demonstradas:

Origem dos Recursos	2025	2024
Repasses – SCEIC/SP	20.603.779	32.305.505
Fundo de Reserva	6.960.027	6.205.433
Recursos operacionais	5.029.221	2.252.545
Fundo de Contingência	4.917.757	3.251.022
Pronac	1.869.515	552.662
Emenda Parlamentar	2.438.089	62.434
Lei Paulo Gustavo	4.330.300	53.658
Secretaria Municipal Educação – PMSP	4.952.985	1.871.090
Programa Nacional Aldir Blanc	8.963.470	-
Total	60.065.143	46.554.349

As aplicações financeiras estão representadas por Fundos de Investimentos, com liquidez imediata, remunerados pela taxa Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas, aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 (noventa) dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate.

Os recursos com restrição referem-se substancialmente a recursos recebidos pela APAA que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

Recursos financeiros restritos

As aplicações financeiras mantidas junto ao Banco do Brasil S.A. em Fundos de Investimentos Renda Fixa relacionadas a seguir ao “Fundo de Contingência” e “Fundo de Reserva”, respectivamente, conforme citado na nota explicativa nº 10.

Origem	2025	2024
Fundo de Reserva	6.960.027	6.205.433
Fundo de Contingência	4.917.757	3.251.022
Total	11.877.784	9.456.455

5. IMOBILIZADO

O ativo Imobilizado é composto por bens oriundos e/ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo (SCEIC/SP), e estão assim apresentados:

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Computadores e Periféricos	1.517.919	539.646	(33.442)	2.024.123
Máquinas e Equipamentos	3.920.885	453.993	(33.276)	4.341.602
Instalações	2.572.017	184.150	(9.550)	2.746.617
Móveis e Utensílios	1.872.382	84.283	(12.455)	1.944.210
Equipamentos Técnicos	81.682	-	-	81.682
Instrumentos Musicais	92.723	25.000	-	117.723
Equip. Eletrônicos e Sonorização	41.780	-	-	41.780
Mundo Circo (a)	7.959.360	-	-	7.959.360
Módulo Metálico Habitacional	716.564	-	-	716.564
Imobilizações em Andamento	-	125.583	-	125.583
Total Custo Corrigido	18.775.312	1.412.655	(88.723)	20.099.244
(-) Computadores e Periféricos	(1.003.784)	(254.980)	36.933	(1.221.831)
(-) Máquinas e Equipamentos	(1.624.197)	(376.485)	3.515	(1.997.167)
(-) Instalações	(864.303)	(264.617)	1.047	(1.127.873)
(-) Móveis e Utensílios	(1.185.805)	(183.535)	14.704	(1.354.636)
(-) Equipamentos Técnicos	(49.179)	(8.066)	-	(57.245)
(-) Instrumentos Musicais	(37.446)	(8.647)	-	(46.093)
(-) Equip. Eletrônicos e Sonorização	(5.840)	-	-	(5.840)
(-) Mundo Circo	(3.144.031)	(1.750.775)	-	(4.894.806)
(-) Módulo Metálico Habitacional	(84.147)	(35.828)	-	(119.975)
Total Depreciação Acumulada	(7.998.732)	(2.882.933)	56.199	(10.825.466)
Imobilizado Líquido	10.776.580	(1.470.278)	(32.524)	9.273.778

- a) Referem-se aos investimentos para execução do Programa de Sustentabilidade do Circo – Mundo Circo no Parque da Juventude, conforme descrito na nota explicativa nº 01. A amortização é realizada de acordo com a vida útil dos bens.

6. FORNECEDORES

	2025	2024
Prestadores de Serviços Pessoa Jurídica	12.867.567	10.301.981
Fornecedores de Material	61.065	131.674
Total	12.928.632	10.433.655

Composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente com a aquisição de materiais de escritório, manutenção, equipamentos e limpeza, bem como a contratação de prestadores de serviços.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2025	2024
Férias a Pagar	1.435.098	1.185.461
INSS a Recolher	361.201	308.278
INSS sobre Férias	401.157	302.292
FGTS a Recolher	133.004	105.096
FGTS sobre Férias	117.191	94.509
PIS sobre Férias	15.022	11.855
PIS sobre Folha de Pagamento	10.242	9.194
Total	2.472.915	2.016.685

8. RECEITAS A REALIZAR E DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

	2025	2024
Receitas de Projetos Contrato de Gestão	14.491.583	14.833.507
Receitas a realizar TC - Municipal (SME)	4.011.951	1.469.255
Receitas de Captação com terceiros – Pronac/Emendas	3.514.600	702.666
Repasse de terceiros	4.453	3.345
Total	22.022.587	17.008.773

Receitas de Captação com terceiros – Pronac/Emendas

A APAA inscreveu projetos sob sua gestão na Lei de Incentivo à Cultura federal (PRONAC), em editais de empresas privadas, editais de órgãos governamentais internacionais da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de SP – SCEIC/SP, contemplando ações para as áreas de exposições, programação cultural, acervos e pesquisa, divulgação, ações educativas, manutenção predial etc.

Demonstramos, abaixo, os valores totais estabelecidos referente ao Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, Emendas Parlamentares e órgãos municipais:

Tipo Captação	Projeto	Objetivo	Número	Valor total – R\$
Emendas Parlamentares – ALESP	Festival Cultural Estudante e Juventude em Movimento - I	Realização de um festival cultural estudantil em São Paulo, com programação diversa em dois dias e quatro apresentações selecionadas por curadoria, voltadas à valorização da diversidade. O evento busca promover a integração entre juventude e comunidade por meio da cultura, fortalecendo o protagonismo estudantil, a formação cidadã e a visibilidade das expressões culturais dentro e fora das universidades.	2025.175.68967	R\$ 150.000
	Cultura Itinerante	Realização de nove apresentações gratuitas, com público estimado de 4.000 pessoas, por meio de duas mobilizações culturais: o “Coreto Itinerante”, com apresentações musicais em percurso pelas ruas, e o “Caminho do Interior”, com a circulação do espetáculo operístico Nessun Dorma – A Magia da Ópera Italiana.	2025.068.65804	R\$ 200.000
	Festival Gospel Campinas	Realização de duas edições do Fest Gospel Campinas, com shows musicais voltados à promoção da cultura e da economia criativa, envolvendo artistas e comunidade, com público estimado de	2025.270.67274	R\$ 1.000.000

Tipo Captação	Projeto	Objetivo	Número	Valor total – R\$
		24.000 pessoas em formato presencial e digital.		
	Clube Social Negro e Quilombos Urbanos	Realização de encontros com lideranças de clubes sociais negros e quilombos urbanos em diferentes municípios, promovendo rodas de conversa e registros em ata, além de sete apresentações artísticas. O projeto visa alcançar ao menos 100 lideranças por encontro e atender cerca de 4.800 pessoas, entre público presencial e virtual.	2025.055.66320	R\$ 217.278
	Difusão Cultural em Olímpia	Realização de quatro eventos tradicionais em Olímpia ao longo de 22 dias — Cultura no Coreto, Semana da Cultura Evangélica e Festival do Folclore, entre outros — com público estimado de 154.000 pessoas, em formato presencial e digital.	2025.019.66804	R\$ 1.000.000
Lei Rouanet	PROJETO AMIGOS DA ARTE NA SXSW	Promover intercâmbio cultural por meio da participação no festival SXSW 2025, em Austin (EUA), com apresentação de artistas brasileiros na Casa São Paulo, e difundir os conhecimentos adquiridos por meio de palestras gratuitas no retorno ao Brasil.	24411742	R\$ 700.000,

Continua

Continuação

Tipo Captação	Projeto	Objetivo	Número	Valor total – R\$
PMSP – SME	Escola Aberta	Parceria com a Secretaria Municipal de Educação para o oferecimento de atividades aos finais de semana em 30 escolas Municipais de Ensino Fundamental.	TC03/2024SME	15.364.291

9. DEMANDAS JUDICIAIS

A APAA, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento, classificando-os entre chances de perda provável, possível e remota, devendo constituir provisões somente para os processos classificados com chance de perda provável e divulgar os com chances possíveis.

A APAA, em 31 de dezembro de 2025, não possuía processos trabalhistas com avaliação de risco considerada como perda possível e provável.

O fundo de contingência, descrito na nota explicativa nº 10, neste exercício é suficiente para cobertura de eventuais demandas judiciais consideradas como prováveis. Os depósitos judiciais vinculados a processos em andamento tiveram a seguinte movimentação em 2025:

	Depósito Judicial
Saldos em 31 de dezembro de 2024	61.061
(+) Adições e Atualizações	-
(-) Baixas	(33.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	27.181

10. FUNDOS DE RESERVA E DE CONTINGÊNCIAS

	2025	2024
Fundo de Reserva - CG	6.960.027	6.205.433
Fundo de Contingência	4.953.061	3.251.022
Fundo de Reserva – TC-SME	270.447	-
Total	12.183.535	9.456.455

11. BENS, DOAÇÕES E SUBVENÇÕES NÃO MONETÁRIAS

	2025	2024
Bens Adquiridos pela APAA – Vinculados a SEC	8.879.200	10.467.611
Doações e Subvenções Não Monetárias	552.174	527.174
Total	9.431.374	10.994.785

O ativo imobilizado é composto por bens oriundos e/ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo ("SEC"), não havendo, bens de terceiros. Considerando que, em caso de término ou rescisão do contrato de Gestão os bens componentes do ativo imobilizado devem ser devolvidos ao Estado, essa obrigação foi registrada no passivo não circulante.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Social

O Patrimônio Social é representado pelo patrimônio inicial da Associação, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

De acordo com o Capítulo VII, artigo 40, do Estatuto Social e Contrato de Gestão, caso haja dissolução ou desqualificação da APAA, seu patrimônio líquido, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, deverão ser destinados a outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Receitas com Restrição		
Repasse Governamentais (-) Fundo de Reserva	144.504.749	108.667.272
Receita Projeto Escola Aberta	4.935.737	818.670
Captação de Recursos de Terceiros	764.819	1.013.811
Emendas Parlamentares	3.765.018	2.512.829
Contrapartida de Convênios e Parcerias Municipais (a)	3.591.511	3.786.363
Termo de Fomento	10.458	-
Receitas sem Restrição		
Cessão de Espaço	2.365.245	2.071.387
Trabalho Voluntário	149.000	389.932
Prestação de Serviços	219.064	83.758
Produção de Eventos	201.121	-
Locação	33.000	29.047
Total	160.539.722	119.373.069
Deduções das Receitas Operacionais		
Tributos	(118.050)	(101.309)
Devoluções e Cancelamento	(239.876)	(82.944)
Total	(357.926)	(184.253)
Receita Operacional Líquida	160.181.796	119.188.816

Os registros contábeis das despesas foram efetivados considerando a natureza dos gastos na realização do evento.

- (a) Este saldo representa valores não monetários captados junto as parcerias, como as secretarias e prefeituras municipais, na realização de eventos, com a disponibilização, sob as expensas destas, de infraestrutura que permitam a realização dos eventos, como montagem de palco, banheiros químicos, entre outros, sendo reconhecido como receita e, simultaneamente, como despesa.

14. DESPESAS COM PESSOAL

	2025	2024
Salários e Ordenados	(11.453.908)	(10.574.341)
Encargos Sociais	(4.085.742)	(3.560.456)
Benefícios	(3.161.303)	(2.766.044)
Provisões de Férias, 13º Salário e Encargos	(3.044.682)	(2.620.644)
Trabalho Voluntário	(149.000)	(389.932)
Total	(21.894.635)	(19.911.417)

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços de Terceiros PJ e PF	(89.045.113)	(61.178.330)
Infraestrutura	(25.294.875)	(17.280.987)
Segurança e Limpeza	(6.231.208)	(4.921.773)
Depreciação e Amortização	(2.947.562)	(2.806.142)
Manutenção em Geral	(2.465.807)	(2.513.448)
Marketing, Publicidade e Divulgação	(2.215.147)	(1.540.417)
Água, Energia Elétrica, Gas, Internet e Telefonia	(1.448.486)	(1.272.444)
Assessoria, Auditoria e Consultoria	(1.247.571)	(1.411.987)
Total	(130.895.769)	(92.925.528)

As variações relevantes ocorreram devido ao crescimento das quantidades de eventos e conteúdos culturais promovidos nos municípios atendidos durante o exercício.

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.390.474	3.293.410
Descontos, Juros, Variação Cambial	44.573	6.892
	6.435.047	3.300.303
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias, IOF e Outros Encargos	(5.991.556)	(3.027.237)
	(5.991.556)	(3.027.237)
Resultado Financeiro Líquido	443.491	273.066

O resultado financeiro da entidade compreende as receitas e despesas decorrentes da gestão de recursos financeiros, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, variações monetárias e encargos financeiros incorridos no período.

O aumento relevante das receitas financeiras reflete, principalmente, a maior disponibilidade de caixa ao longo do exercício de 2025 e o melhor desempenho das aplicações financeiras, influenciado pela elevação da taxa Selic no período, fator que também contribuiu para o incremento proporcional das despesas financeiras.

17. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O Estatuto Social da APAA estabelece a vedação à remuneração dos membros dos Conselhos, bem como autoriza a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, nos termos da legislação aplicável. A APAA não distribui, sob qualquer forma ou título, parcelas de seu patrimônio ou de suas rendas.

18. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em conformidade com a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido contabilmente pelo seu valor justo, correspondente ao valor da prestação dos serviços, como se houvesse ocorrido o respectivo desembolso financeiro.

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Administração com base em pesquisa de Remuneração de Administradores realizada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), considerando o tempo efetivamente disponibilizado pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da APAA.

Dessa forma, foram reconhecidos no resultado dos exercícios de 2025 e 2024 os montantes de R\$ 149.000 e R\$ 389.932, respectivamente, tendo como contrapartida o registro em despesas com pessoal, exclusivamente para fins de atendimento às disposições da ITG 2002 (R1). Ressalta-se que tais registros não implicaram qualquer desembolso financeiro, uma vez que a APAA não remunera seus conselheiros.

19. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações Gerais e Políticas

O controle e gestão do gerenciamento de risco é de responsabilidade da diretoria

Risco de Liquidez

É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. Como os principais recursos da APAA provem da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo a avaliação é de risco baixo. O risco de crédito é reduzido também em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

20. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por tratar-se de associação civil sem fins lucrativos, a entidade goza de isenção dos tributos federais incidentes sobre o resultado, nos termos dos artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, bem como do artigo 195 da Constituição Federal, estando, portanto, isenta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A APAA também é isenta do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre as receitas decorrentes do Repasse do Contrato de Gestão, nos termos da legislação municipal aplicável. Ressalva-se, contudo, que as receitas oriundas da cessão de espaços não se enquadram na referida isenção, estando sujeitas à incidência do ISSQN à alíquota de 5%.

Da mesma forma, a APAA goza de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme previsto na legislação municipal vigente, desde que atendidos os requisitos legais.

Ressalta-se que a APAA não é imune nem isenta das obrigações previdenciárias, não usufruindo de benefícios dessa natureza. Assim, as contribuições trabalhistas e previdenciárias, tais como INSS e FGTS, são apuradas e recolhidas regularmente, com base nos valores da folha de pagamento. O PIS sobre a folha é calculado mediante a aplicação da alíquota de 1% sobre os valores pagos aos colaboradores, conforme legislação específica.

Desde julho de 2015, a Associação efetua o recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas financeiras, conforme restabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015, com fundamento na Lei nº 10.865/2004. A Associação, com base na opinião dos assessores jurídicos, entende que tais receitas não integram a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, por estarem abrangidas pela isenção aplicável às entidades sem fins lucrativos que atendem aos requisitos legais, não havendo, portanto, recolhimento desse tributo sobre tais receitas.

21. PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao disposto no CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a APAA divulga informações referentes às transações realizadas com partes relacionadas, entendidas como aquelas que exercem controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a Associação, bem como aquelas que estão sob controle comum.

Nesse contexto, o Governo do Estado de São Paulo – GESP é considerado parte relacionada da APAA, na medida em que atua como ente concedente e financiador por meio de contratos de gestão, termos de fomento, convênios e/ou instrumentos congêneres, exercendo influência significativa sobre as atividades desenvolvidas.

Durante o exercício, a APAA manteve transações com o GESP, principalmente relacionadas a:

- repasses de recursos financeiros para custeio e investimento;
- execução de programas, projetos e atividades de interesse público;
- obrigações de prestação de contas e cumprimento de metas pactuadas contratualmente.

As transações realizadas com o GESP ocorreram em condições equivalentes às praticadas com terceiros, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, não havendo concessão de benefícios diferenciados ou condições que caracterizem favorecimento indevido.

Ao final do exercício, os saldos a receber e/ou a pagar junto ao GESP referem-se exclusivamente a valores decorrentes dos instrumentos contratuais vigentes, devidamente registrados na contabilidade e conciliados com os respectivos controles administrativos.

A Administração avalia que tais transações não implicam riscos relevantes adicionais à posição patrimonial e financeira da APAA, além daqueles inerentes à execução normal de contratos com o poder público.

22. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A APAA possui uma garantia dada em caução, referente a locação de sala comercial para execução de projeto Escola Aberta - PMSP, com previsão de término em 2026.

23. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

A APAA adota a política de contratar cobertura de seguros para delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Conforme disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), seguem abaixo as informações dos seguros:

Durante o exercício de 2025, foi contratada a AXA Seguros S.A.

	2025	2024
Danos materiais	81.300.000	60.000.000
Responsabilidade civil	10.000.000	10.000.000
Total	91.300.000	70.000.000

GLAUCIO LIMA
FRANCA:19474
950890

Assinado de forma
digital por GLAUCIO
LIMA
FRANCA:19474950890
Dados: 2026.03.02
11:11:17 -03'00'

Glaucio Lima Franca
Diretor Geral

JOSE CARLOS
COELHO
NIERO:0686198
0854

Assinado de forma
digital por JOSE
CARLOS COELHO
NIERO:06861980854
Dados: 2026.03.02
11:11:53 -03'00'

José Carlos Coelho Niero
Diretor Administrativo e Financeiro

ROBSON MACIEL
DA
SILVA:12514425875

Assinado de forma digital por
ROBSON MACIEL DA
SILVA:12514425875
Dados: 2026.02.27 10:58:51
-03'00'

Robson Maciel da Silva
Contador – CRC 1SP 208.094/O-2

* * *